Crente não se mete em política? Notas sobre a atuação política dos Pentecostais no Brasil contemporâneo

Do believers not get involved in politics? Notes on the political activity of Pentecostals in contemporary Brazil.

Wheriston Silva Neris[1]
Bezaliel Alves Oliveira[2]

RESUMO

Este artigo analisa historicamente a atuação política dos pentecostais no Brasil contemporâneo, destacando a transição de um distanciamento tradicional em relação à política institucional para uma presença organizada no espaço público. A partir de uma revisão crítica da literatura especializada, incluindo estudos sociológicos e historiográficos, o texto toma como ponto de partida o período do regime militar (1964–1985) e as eleições gerais de 1986, situando a Assembleia Nacional Constituinte de 1987–1988 como um momento decisivo para a inserção pentecostal no sistema político. Ao mesmo tempo, a análise acompanha os desdobramentos desse processo nas décadas seguintes, quando a presença evangélica se consolida nas arenas institucionais por meio da formação e da ampliação da chamada bancada evangélica no Parlamento brasileiro. Nesse percurso, o artigo examina as mudanças discursivas e organizacionais que permitiram a formação de candidaturas oficiais, a mobilização eleitoral de fiéis e a crescente articulação de pautas públicas associadas à moralidade religiosa. Ao mesmo tempo, ressalta a heterogeneidade interna desse segmento religioso e os limites de sua atuação política no contexto de um Estado democrático e laico. Ao oferecer um balanço crítico das principais abordagens sobre o tema, o artigo contribui para a compreensão das dinâmicas históricas e institucionais que caracterizam a presença pentecostal no campo político brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: Pentecostais; Redemocratização; Bancada Evangélica; Religião e Política.

ABSTRACT

This article historically analyzes the political engagement of Pentecostals in contemporary Brazil, highlighting the transition from a traditional distance from institutional politics to an organized presence in the public sphere. Based on a critical review of the specialized literature, including sociological and historiographical studies, the text takes as its starting point the period of the

[1] Professor Associado de Sociologia do Centro de Ciências de Bacabal (CCBa) da Universidade Federal do Maranhão, possui Licenciatura em História pela Universidade Federal do Maranhão (DEHIS/UFMA), Mestrado em Ciências Sociais - PPGCSO/UFMA e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS), com estada de doutoramento junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/CESSP) e à Ecole Normale Supérieure, Centre Maurice Halbwachs. Atualmente integra os seguintes programas de pós-graduação como docente permanente: Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFMA/Imperatriz) e o Programa de Pós-Graduação em Letras (UFMA/Bacabal).

[2] Doutorando em História pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA/Programa de Pós Graduação em História - PPGHIST, Mestre pelo Programa de Pós - Graduação em Sociologia (PPGS) - Universidade Federal do Maranhão/UFMA, Pós Graduado em Metodologia do Ensino Superior - INESPO, Pós Graduado em Metodologia do Ensino da História e Geografia - Faculdade São Marcos, Licenciado em Pedagogia pela (Facibra - Universidade Iguaçu), graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Professor Universitário - Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST).

military regime (1964–1985) and the 1986 general elections, situating the 1987–1988 National Constituent Assembly as a decisive moment for Pentecostal insertion into the political system. At the same time, the analysis follows the developments of this process in the subsequent decades, when the evangelical presence became consolidated in institutional arenas through the formation and expansion of the so-called Evangelical Caucus in the Brazilian Parliament. In this trajectory, the article examines the discursive and organizational changes that enabled the emergence of official candidacies, the electoral mobilization of believers, and the growing articulation of public agendas associated with religious morality. It also highlights the internal heterogeneity of this religious segment and the limits of its political action within the context of a democratic and secular state. By offering a critical overview of the main approaches to the subject, the article contributes to the understanding of the historical and institutional dynamics that characterize the Pentecostal presence in the contemporary Brazilian political field.

Keywords: Pentecostals; Redemocratization; Evangelical Caucus; Religion and Politics.

Introdução

A presente discussão tem como propósito examinar alguns aspectos da participação dos pentecostais no processo de construção da democracia no Brasil, a partir de notas analíticas sobre sua atuação política nas últimas décadas[3]. Para tanto, direciona-se a análise, em um primeiro momento, à atuação - ainda que discreta - dos evangélicos durante o regime militar e, em seguida, à sua inserção mais visível no cenário político a partir das eleições gerais de 1986 e da composição da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, momento amplamente reconhecido como decisivo para a mudança de atitude desses agentes religiosos frente à política institucional (Baptista, 2007; Freston, 1993; Pierucci, 1996; Rocha, 2024). A partir desse marco, acompanhamos também alguns desdobramentos posteriores desse processo, particularmente aqueles relacionados à consolidação institucional da presença evangélica no Legislativo nas décadas seguintes, indicando possíveis implicações teóricas e agendas de pesquisa decorrentes dessa análise.

A reflexão aqui desenvolvida apoia-se na bibliografia disponível e em pesquisas recentes sobre configurações específicas do pentecostalismo brasileiro (Oliveira Junior, 2022), com o objetivo de examinar alguns dos mecanismos e processos que contribuíram para a ampliação das formas de inserção desses grupos no campo político brasileiro. Trata-se de um tema que vem sendo amplamente explorado por pesquisadores de diferentes áreas, como História, Sociologia, Antropologia e Ciência Política, o que resultou em uma produção bibliográfica extensa e heterogênea. Não é objetivo deste artigo, entretanto, realizar uma revisão exaustiva dessa literatura. Nosso propósito é antes desenvolver um exercício de interlocução crítica com parte desses estudos, tomando como referência trabalhos que se mostraram particularmente relevantes para a construção de nossa própria leitura sobre o objeto. Isto é, desde que estejamos de acordo que exercícios dessa natureza constituem oportunidades ímpares para reexaminar problemas já estabelecidos, explicitar pressupostos analíticos e um retorno crítico sobre as categorias, tradições interpretativas e condições de produção do próprio conhecimento (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2004).

Nesse sentido, o interesse principal volta-se para compreender de que maneira segmentos pentecostais e neopentecostais passaram a interagir de forma mais sistemática

[3] Agradecemos aos pareceristas anônimos da Revista *Numen* pela leitura atenta do manuscrito e pelas valiosas sugestões apresentadas. Suas observações contribuíram de maneira decisiva para o aprimoramento desta versão do texto. Eventuais imprecisões remanescentes são de responsabilidade dos autores.

com a política brasileira, especialmente a partir do processo de redemocratização. Exploraremos, assim, algumas das questões centrais presentes na bibliografia acadêmica sobre as modalidades de atuação política das igrejas evangélicas e seus impactos sobre o espaço público, buscando identificar problemas analíticos e interpretações sociológicas que ajudam a iluminar esse processo histórico. Em particular, cabe destacar que um dos marcos centrais dessa discussão refere-se à mudança na forma como segmentos do universo evangélico passaram a compreender sua relação com a política institucional, deslocando-se de uma postura historicamente marcada por certo distanciamento frequentemente justificado em termos teológicos ou morais para modalidades mais intensas e organizadas de engajamento político.

Para analisar esse processo, o presente artigo dialoga com a perspectiva sociológica desenvolvida por Pierre Bourdieu (1989; 2014), particularmente com sua abordagem relacional das práticas sociais e das disputas por posições de poder em diferentes espaços da vida social. A partir dessa perspectiva, a política pode ser compreendida como um domínio relativamente diferenciado de práticas e disputas, estruturado por regras específicas de funcionamento e por formas particulares de capital e reconhecimento. Nesse sentido, mobilizamos a noção de campo político tal como formulada por Bourdieu em *Sobre o Estado* (2014), entendendo-o como um espaço de relações no qual diferentes agentes e instituições disputam posições, recursos e capacidade de definição legítima dos interesses coletivos. Essa abordagem permite situar a crescente presença evangélica na política não apenas como resultado de motivações religiosas ou morais, mas também como parte de processos mais amplos de reorganização de estratégias, acumulação de capitais e disputa por legitimidade no interior do próprio campo político (Bourdieu, 2014, p. 598).

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a própria categoria "evangélico" designa um universo religioso amplo e internamente heterogêneo. No Brasil, o termo tem sido utilizado para reunir diferentes tradições oriundas do protestantismo, abrangendo tanto denominações históricas como Luterana, Presbiteriana, Metodista e Batista quanto igrejas pentecostais e neopentecostais, entre as quais se destacam a Assembleia de Deus, a Congregação Cristã no Brasil, a Igreja do Evangelho Quadrangular e a Igreja Universal do Reino de Deus, entre outras. De modo geral, essa categoria costuma designar o conjunto das igrejas cristãs derivadas da Reforma Protestante e de seus desdobramentos posteriores, ainda que tais grupos apresentem diferenças significativas em termos de teologia, organização institucional e formas de inserção pública. Nesse sentido, o universo evangélico brasileiro é marcado por forte heterogeneidade interna, tanto do ponto de vista histórico quanto institucional. Essa diversidade ajuda a compreender, inclusive, por que a presença política associada a esse campo religioso não se distribui de maneira homogênea: análises sobre a composição da chamada bancada evangélica indicam que a maior parte dos parlamentares vinculados a esse segmento provém de denominações pentecostais, como a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus (Almeida, 2017).

Essa heterogeneidade também recomenda cautela no uso analítico da própria categoria. Embora relativamente estabilizado no campo acadêmico, o termo "evangélico" passou a assumir, no debate público contemporâneo, sentidos mais amplos e frequentemente imprecisos, substituindo classificações anteriormente correntes como "crente" ou "protestante" e incorporando conotações valorativas e usos estratégicos que variam conforme os contextos de enunciação e os atores envolvidos. Como observa Almeida, "tal definição não compreende a diversidade dos que se autodeclaram evangélicos, tanto de fiéis quanto de lideranças religiosas e políticas" (Almeida, 2016, p. 6). Trata-se, portanto, de uma

categoria que tende a condensar realidades institucionais, trajetórias religiosas e posicionamentos políticos bastante distintos.

Essa perspectiva permite também relativizar interpretações que descrevem a história política do protestantismo brasileiro a partir da ideia de um suposto "absenteísmo evangélico". Conforme argumenta Adroaldo José da Silva Almeida (2016), tal formulação tende a obscurecer formas diversas de interlocução que segmentos protestantes já mantinham com a política brasileira ao longo do século XX, ainda que frequentemente de maneira menos institucionalizada ou menos visível. Nessa perspectiva, o processo observado a partir da redemocratização pode ser interpretado menos como o surgimento da participação política evangélica propriamente dita do que como uma inflexão nas modalidades de engajamento e nos repertórios de legitimação dessa presença no espaço público.

Sob esse prisma, a presença evangélica na política não deve ser interpretada como a expressão homogênea de um bloco religioso coeso, mas como resultado de processos históricos nos quais diferentes agentes religiosos mobilizam recursos institucionais, simbólicos e organizacionais para intervir nas disputas que atravessam o espaço público. Assim, mais do que uma anomalia democrática ou um fenômeno excepcional, a atuação política de segmentos pentecostais pode ser compreendida como parte das transformações mais amplas que marcam o espaço público brasileiro. Neste artigo, sustentamos então que a crescente inserção de lideranças pentecostais na política institucional brasileira deve ser compreendida menos como ruptura abrupta com um suposto "absenteísmo evangélico" e mais como resultado de uma reconfiguração gradual das formas de relação entre o campo religioso e o campo político no contexto da redemocratização. Argumenta-se que tal processo envolveu transformações discursivas, institucionais e estratégicas que possibilitaram a conversão de recursos simbólicos e organizacionais acumulados no campo religioso em formas de atuação e reconhecimento no espaço político.

Ante o exposto, o texto organiza-se da seguinte maneira. Em um primeiro momento, examina-se a relação historicamente construída entre o pentecostalismo e a política durante o período do regime militar, atentando para as formas de distanciamento, acomodação e apoio seletivo que marcaram a atuação evangélica nesse contexto. Em seguida, analisa-se o processo de inserção mais sistemática dos pentecostais no campo político a partir das eleições gerais de 1986 e da atuação na Assembleia Nacional Constituinte, momento decisivo para a constituição de candidaturas oficiais e para a redefinição das estratégias de presença desses atores no espaço institucional. Na sequência, o artigo dedica-se ao exame das estratégias de inserção política e de consolidação da bancada evangélica, discutindo os mecanismos organizacionais, eleitorais e discursivos que permitiram a formação de projetos corporativos, a articulação suprapartidária e a centralidade de pautas morais no interior do Legislativo. Por fim, apresentamos algumas considerações que buscam compreender os significados, as tensões e os limites dessa atuação política no Brasil contemporâneo, enfatizando a heterogeneidade interna do campo evangélico e as ambivalências de sua presença no contexto atual.

1. Os evangélicos e a política no contexto da ditadura militar (1964-1965)

A relação entre os pentecostais e a política institucional no Brasil durante o regime militar foi, em grande medida, marcada por uma postura de distanciamento em relação ao

campo político. Na literatura especializada, essa atitude costuma ser interpretada como expressão de aversão, indiferença ou mesmo rejeição à participação política formal. Entretanto, tal caracterização não deve ser tomada de maneira simplificada ou homogênea. O afastamento pentecostal da política institucional esteve relacionado a um conjunto de fatores doutrinários, organizacionais e contextuais que estruturavam a vida religiosa dessas comunidades naquele período. A análise dessa fase inicial é, portanto, fundamental para compreender os limites, as tensões e as condições históricas que posteriormente possibilitaram a emergência de formas mais explícitas de engajamento político no interior do campo pentecostal.

Entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil viveu um período histórico marcado pelo regime militar, durante o qual as Forças Armadas exerceram forte controle sobre diversas esferas do espaço público por mais de duas décadas. Nesse contexto, os evangélicos ainda representavam uma parcela relativamente pequena da população brasileira, embora já se observassem sinais de maior articulação institucional e presença no debate público. A compreensão desse processo tem sido objeto de diferentes investigações no campo dos estudos sobre religião e política. Entre elas, destaca-se a tese do professor Adroaldo de Almeida (2016), *Pelo Senhor Marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil* (1964-1985), que analisa as relações estabelecidas entre segmentos evangélicos e o regime militar. Mais recentemente, o jornalista André Ítalo Rocha (2024), em *A bancada da Bíblia: uma história de conversões políticas*, também examina historicamente a inserção evangélica na política brasileira, oferecendo elementos que ajudam a situar as transformações pelas quais esse campo religioso passou ao longo das últimas décadas do século XX.

Com o progressivo afastamento da Igreja Católica em relação ao apoio anteriormente concedido aos governos militares - processo influenciado por transformações internas, como o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a difusão da Teologia da Libertação - a instituição passou a assumir uma postura cada vez mais crítica em relação ao regime. Nesse contexto, diante da retração do apoio católico, parte dos grupos evangélicos passou a se aproximar do regime militar, ocupando espaços de interlocução e apoio político que, até então, eram predominantemente associados à Igreja Católica. É nesse momento, que parte dos segmentos evangélicos encontrou condições favoráveis para ampliar sua presença no espaço público, ocupando áreas de atuação antes fortemente associadas à Igreja Católica (Almeida, 2016, p. 80). A partir de 1968, observa-se um apoio mais intenso dos evangélicos ao governo militar. Para constatar isso, basta analisar os principais meios de comunicação de algumas instituições evangélicas da época, que exerciam notável influência na orientação política de seus membros. Almeida (2016) destaca as igrejas e seus respectivos periódicos, como a Igreja Presbiteriana Independente, com o jornal Estandarte; a Assembleia de Deus, com o periódico *O Mensageiro da Paz*; a Igreja Batista, com o *Jornal Batista*; e a Igreja Metodista, com o Jornal *Expositor Cristão*. Essas igrejas foram as principais instituições evangélicas que passaram a atuar de forma mais contundente no cenário político.

As Assembleias de Deus, maior denominação pentecostal do Brasil, mantiveram inicialmente uma postura de relativo silêncio diante de um momento tão decisivo da história política nacional, mas, nos anos posteriores, inclinaram-se progressivamente ao apoio ao regime militar. Um dos espaços privilegiados para observar esse movimento é o jornal *Mensageiro da Paz,* principal órgão oficial de comunicação da denominação, no qual a instituição difundia orientações doutrinárias e, de forma mais discreta, passava a veicular conteúdos relacionados à política, à economia e a outros temas de natureza secular. No

momento imediato ao golpe de 1964, contudo, prevaleceu uma atitude de reserva institucional. Esse silêncio prolongou-se, aproximadamente, até 1967.

Durante esse período, episódios centrais da crise política brasileira como a renúncia de Jânio Quadros ou a deposição do presidente João Goulart não foram objeto de comentários diretos por parte da liderança assembleiana em seus canais oficiais. A postura adotada pelos pastores caracterizava-se, portanto, por uma atitude de maior discrição diante da conjuntura política nacional. Segundo Almeida (2016, p. 108), apenas em setembro de 1964 o *Mensageiro da Paz* publicou, pela primeira vez desde sua fundação, um texto de caráter explicitamente político, intitulado *O cristão e as falsas ideologias*. Nesse artigo, manifestava-se preocupação com o avanço do comunismo, apresentado como uma ideologia potencialmente destrutiva para o país. O texto também dirigia críticas aos chamados "professores materialistas", acusados de difundir nas escolas as doutrinas de Marx, o que indicava a incorporação, ainda que de forma cautelosa, de elementos do discurso anticomunista então predominante no contexto da Guerra Fria (Almeida, 2016).

Esse tipo de posicionamento também contribui para compreender as condições que, nas décadas seguintes, favoreceriam uma aproximação mais sistemática entre lideranças evangélicas e o campo político. Conforme sugere André Rocha (2024), a participação política começou a ser reinterpretada por determinados segmentos evangélicos como uma estratégia necessária de defesa institucional e religiosa. Nesse contexto, a mobilização eleitoral passou a ser apresentada como forma de garantir representação e proteger interesses do grupo no espaço público. A própria literatura e os discursos produzidos naquele período indicam a emergência dessa nova racionalidade política, na qual se buscava convencer os fiéis de que a participação nas disputas eleitorais era legítima e necessária. Como sintetiza o autor ao tratar do esforço de mobilização em torno da Constituinte, tratava-se de um momento em que os evangélicos procuravam demonstrar que "a política não podia mais continuar sendo vista como algo temerário, promíscuo" (Rocha, 2024, p. 77). Ainda que esse movimento tenha sido inicialmente marcado por ambiguidades, cautelas institucionais e resistências internas sobretudo em denominações historicamente orientadas por uma ética de distanciamento em relação ao "mundo", ele abriu espaço para a reinterpretação do envolvimento político como estratégia de defesa de interesses religiosos e institucionais. Ao longo dos anos seguintes, esse processo ganharia maior consistência, à medida que igrejas e lideranças passariam a estimular de forma mais explícita a presença de evangélicos nas arenas representativas e nas disputas eleitorais (Rocha, 2024).

Em 1968, o país assistiu à intensificação das mobilizações sociais contra o regime militar, especialmente por meio do movimento estudantil, que organizou grandes passeatas em diferentes capitais. No mesmo ano, o governo respondeu ao clima de contestação com o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), marco do endurecimento autoritário do regime. Nesse contexto, as Assembleias de Deus passaram a manifestar, de maneira mais explícita, uma postura favorável ao governo militar. Paralelamente, alguns discursos oriundos do próprio campo religioso indicavam a possibilidade de uma reavaliação do tradicional distanciamento pentecostal em relação à esfera pública. Em entrevista concedida em 1968, o pastor sueco Lewi Pethrus, figura de grande influência no pentecostalismo internacional e também entre assembleianos brasileiros, destacou a importância de uma atuação cristã mais abrangente na sociedade. Entre as mudanças sugeridas pelo líder religioso, estavam a necessidade de maior aproximação com as camadas populares, o envolvimento mais direto na política partidária e a ampliação das preocupações da igreja para além das questões

estritamente espirituais, incorporando também os problemas sociais e humanos mais amplos (Almeida, 2016, p. 118).

Durante esse período, a denominação passou a flexibilizar o antigo discurso que classificava o envolvimento político como desvio das verdadeiras obrigações religiosas. De maneira gradual e cautelosa, seus órgãos oficiais de comunicação começaram a abrir espaço para discussões sobre temas públicos, especialmente aqueles associados à defesa da moralidade cristã e à preservação de valores considerados fundamentais para a fé. Essa inflexão discursiva, contudo, esteve longe de representar uma posição consensual no interior das Assembleias de Deus ou mesmo entre as diferentes denominações evangélicas. Ao contrário, a questão suscitava tensões, resistências e debates entre lideranças e fiéis, evidenciando que a redefinição das fronteiras entre religião e política ocorria de forma desigual e marcada por ambiguidades. Ainda assim, já se observava, no final da década de 1960, a presença de atores que transitavam entre o espaço religioso e o campo político, articulando estratégias destinadas a tornar mais aceitável esse tipo de participação. Entre eles, destacam-se Antônio Alves Teixeira, ligado à Assembleia de Deus em Belém, e Raimundo Gomes de Lima, associado à Assembleia de Deus em São Luís.

Esse movimento gradual de aproximação com a política institucional seria posteriormente interpretado como parte de um processo mais amplo de redefinição do papel público do campo evangélico no Brasil. Ao examinar a mobilização das igrejas nas décadas seguintes, especialmente no contexto da redemocratização, André Ítalo Rocha (2024, p. 74) afirma que, naquele momento, "estava concluído com sucesso o processo de conversão da igreja, do apolítico para o ativismo político". A formulação do autor é particularmente sugestiva ao recorrer à metáfora da conversão, categoria central da experiência religiosa evangélica, para descrever a transformação das disposições coletivas diante da política. Essa interpretação converge com as evidências levantadas por Almeida (2016), ao indicar que os sinais dessa mudança já podiam ser percebidos ainda durante o regime militar, quando discursos, práticas institucionais e experiências individuais começaram a deslocar gradualmente o antigo ideal de afastamento em relação ao "mundo".

Nesse sentido, mais do que uma ruptura abrupta, o que se observa ao longo desse período é um processo progressivo de reconfiguração das relações entre religião e política no interior do campo evangélico brasileiro. As iniciativas ainda incipientes de participação institucional, as disputas internas em torno da legitimidade do engajamento político e o uso crescente de argumentos religiosos para justificar essa atuação contribuíram para consolidar, nas décadas seguintes, uma presença evangélica cada vez mais organizada nas arenas partidárias e eleitorais.

2. Redemocratização, eleições de 1986 e a Assembleia Nacional Constituinte

Após o período da ditadura militar (1964 a 1985), houve uma reabertura política, com a realização de novas eleições e a transição para um regime liberal-democrático. A Constituinte foi o instrumento responsável pela elaboração de uma nova Carta Magna, que regeria esse novo momento democrático da nação. A Assembleia Constituinte (1987-1988) é considerada o ponto de irrupção dos pentecostais no campo político, pois é a partir desse momento que se percebe uma organização institucionalizada com o objetivo de eleger representantes próprios para o exercício da representação política no Congresso Nacional (Oliveira, 2020, p. 18). Antes desse período, o que se observava eram candidaturas avulsas e

isoladas, embora os principais meios de comunicação das denominações evangélicas já se manifestassem sobre algumas questões políticas. A participação dos membros enquanto candidatos também não era incentivada, postura que mudou significativamente após a Assembleia Constituinte.

Em âmbito nacional, o "quadro de omissão política" dos pentecostais começou a mudar após 1986, com a elaboração da nova Carta Constitucional. Lideranças das principais frentes do pentecostalismo brasileiro passaram a se articular politicamente, como as Assembleias de Deus e a Igreja Evangélica Quadrangular (IEQ). A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) também garantiu sua representação (Baptista, 2009, p. 193). O novo projeto político dos evangélicos se concretizou com a eleição de 33 deputados. A Assembleia de Deus se destacou ao eleger 13 deputados constituintes, estreando de forma expressiva no sistema político, o que demonstrou força e a intenção de se estabelecer nesse cenário. Esse movimento transformou o perfil das denominações pentecostais diante do campo político. Até então, não havia uma organização institucional com o objetivo de promover a unidade entre os pentecostais para fins partidários. Surgiram, então, novos discursos que incentivavam a participação nas discussões sociais e políticas, sem abrir mão das pautas morais, agora defendidas por meio de projetos corporativos. Essa estratégia possibilitou a captação de recursos financeiros, a ocupação dos meios de comunicação e a projeção de novas lideranças políticas, marcando um novo momento que pode ser denominado de "inserção dos pentecostais na política brasileira".

Nesse contexto, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte representaram também um espaço de aprendizado institucional e articulação política entre parlamentares evangélicos. Conforme observa Rocha (2024), foi nesse período que se delinearam as primeiras tentativas de atuação coordenada entre esses parlamentares, ainda que de forma informal, com reuniões periódicas para definir posições comuns diante de temas sensíveis à moral religiosa. Um desses encontros iniciais ocorreu na residência do deputado Batista Daso Coimbra, ocasião em que se discutiu a necessidade de reagir coletivamente a propostas consideradas contrárias aos valores cristãos, como a liberalização do aborto, a ampliação de direitos sexuais e a regulamentação de conteúdos considerados imorais nos meios de comunicação (Rocha, 2024).

Historicamente, os pentecostais apresentavam um perfil de maior distanciamento em relação à política, frequentemente caracterizando-a como algo negativo. Como já havia demonstrado Paul Freston (1993), entre os anos de 1910 e 1982, apenas cinco deputados federais pentecostais foram eleitos, em contraste com 94 protestantes históricos. A partir de meados da década de 1980, impelidos pelo temor de que a Igreja Católica ampliasse seus privilégios diante do Estado brasileiro durante os trabalhos da Constituinte, os pentecostais ingressaram decisivamente na arena política. Essa preocupação era compartilhada com outros grupos que, até então, a igreja tolerava como satélites (Freston, 1993, p. 181).

Esse movimento também esteve associado à percepção de que a nova Constituição poderia redefinir as regras de relação entre religião e Estado. Como demonstra Rocha (2024), parte significativa da mobilização evangélica se organizou em torno da defesa da liberdade religiosa e da preservação da autonomia das igrejas. Em debates sobre direitos individuais, por exemplo, parlamentares evangélicos manifestaram receio de que determinadas formulações legais pudessem restringir a liberdade de pregação nos templos, especialmente em temas ligados à sexualidade e à moral familiar (Rocha, 2024). Essa preocupação

contribuiu para que a bancada se articulasse de maneira mais ativa nas comissões responsáveis pela redação de dispositivos relacionados aos direitos e garantias individuais.

Nesse sentido, o sutil apoio ao regime militar foi, segundo Almeida (2016), uma espécie de desvio funcional da igreja, que focava somente na pregação/evangelização, fruto de uma visão apocalíptica e dispensacionalista. A partir desse momento, no entanto, a igreja passou a exercer uma dupla função missiológica: o proselitismo por meio de suas verdades teológicas, algo que já era majoritariamente praticado pelos evangélicos em sua atuação no campo religioso, e, agora, em "nome de Deus", a conquista e conversão do campo político.

Dado o crescimento e a participação dessas denominações religiosas no campo político, percebe-se não apenas a necessidade, mas também a possibilidade de empreendimentos voltados para a discussão entre religião e política. A participação dos evangélicos nas eleições de 1986 e seu crescente envolvimento na Constituinte são algumas das chaves para entender por que o campo político passou a ser um dos focos das pesquisas sobre os pentecostais e a política no Brasil.

Desse modo, destaca-se como referência pioneira a tese de doutorado desenvolvida por Paul Freston (1993), intitulada *Protestantes no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Com um olhar voltado especialmente para os pentecostais, Freston extraiu importantes percepções sobre essa inserção no espaço político. Orientada pelo professor Dr. Sérgio Miceli Pessôa de Barros, a tese foi apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. O trabalho foi dividido em três sessões, sendo que a terceira trata especificamente dos novos atores do campo: os protestantes na política brasileira.

Freston (1993) dedicou-se ao fenômeno das candidaturas oficiais evangélicas. Ele analisou o acontecimento de forma aprofundada, propondo novos termos para o fenômeno, como: "irrupção", "candidatos da Igreja", "projetos corporativos eleitorais", "modelo corporativo de representação política", entre outros. Nosso foco está na terceira parte de sua tese, na qual ele discute a "irrupção" dos evangélicos no cenário político brasileiro como novos atores, além de abordar a bancada evangélica, as eleições presidenciais de 1989 e o impeachment de 1992. O problema de pesquisa era: "como a liderança dos evangélicos, sobretudo aquelas ligadas às igrejas evangélicas Assembleias de Deus, passou a mudar sua cosmovisão no que se refere ao seu envolvimento com a política?" (Freston, 1993). Essas instituições "passaram a romper com o tradicional", alterando inclusive o clichê que utilizavam na época, "crente não se mete em política". Passaram a se articular no campo político brasileiro por meio de seus candidatos oficiais e de suas instituições (Freston, 1993, p. 30 apud Costa, 2018).

Segundo Costa (2018, p. 187), em relação à denominação pentecostal, o final do século XX foi marcado por um processo de acomodação à sociedade de consumidores, conceituado como *aggiornamento* do pentecostalismo assembleiano.[4] Um dos elementos principais desse processo foi a irrupção da instituição no campo político, com candidatos e estratégias próprias. Além de romper com um discurso introspectivo, que desde sua fundação defendia a não participação no campo político e a não imposição de que pastores se

[4] O termo *aggionarmento* do pentecostalismo difere em alguns aspectos do realizado pela Igreja Católica, e é aqui empregado como uma atualização e renovação de crenças e práticas das Igrejas pentecostais clássicas, principalmente das ADs, com objetivos específicos de acomodação à sociedade de consumidores (Costa, 2018, p. 188).

envolvessem com a política partidária ou disputassem eleições, passou-se a exigir uma nova postura frente à sociedade. A instituição passou a preparar seus membros para assumir um tipo específico de participação política.

O pentecostalismo clássico "assembleiano", desde sua origem em 1911, foi estruturado por um formato ascético e sectário[5], ou seja, encucava em seus fiéis a negação dos prazeres da carne e das coisas "mundanas", empreendendo uma visão estreita para as coisas materiais. Para conduzir o novo discurso sobre a política era necessário realizar algumas concessões. A dessectarização[6] tomou corpo em diversas igrejas pentecostais influenciadas pela nova doutrina e "teologia", ganhando espaço nos púlpitos. Defendiam que era necessário "agir", como afirma João de Deus (um dos candidatos da AD à Constituinte): "é tempo de agir, pois, esta pode ser a última Constituição antes da volta de Cristo!" (Freston, 1993).

Segundo Freston, não havia evidências de uma mudança profunda de ethos ou da construção de uma teologia sistemática capaz de explicar, por si só, a nova postura pentecostal frente ao campo político. Para o autor, seria necessário considerar outros fatores, tanto internos ao campo religioso quanto externos a ele, muitos dos quais relacionados às transformações pelas quais passava o próprio campo religioso naquele período (Freston, 1993, p. 181). Nesse sentido, ele apresentou três motivos conexos que estão intrinsicamente ligados à decisão dos pentecostais de romperem com a prática do sectarismo político:

> Em primeiro lugar, os principais beneficiários desta politização são os próprios pastores e líderes eclesiásticos. O interesse dos "sacerdotes" no campo religioso é a chave para entender a lógica da presença política, diferente das igrejas históricas com sua antiguidade [...]. Em segundo lugar, a irrupção pentecostal na política reflete a concorrência religiosa. Com o lema de "liberdade religiosa ameaçada", os líderes pentecostais deram início a uma concorrência com o catolicismo para o espaço público na religião civil. Tendo quase igualdade de praticantes, o pentecostalismo reivindica a igualdade de *status* na vida pública [...]. Em terceiro lugar, sob o lema de "ameaças à família", os líderes pentecostais reagem às mudanças no ambiente social que ameaçam a socialização sectária (Freston, 1993, p. 181).

Em síntese, esse processo resultou em um aumento da consciência política entre lideranças e segmentos pentecostais. A politização observada nesse período contribuiu para o fortalecimento das lideranças internas, para a preservação das fronteiras institucionais do grupo religioso, para a ampliação de recursos destinados à expansão das igrejas e para a disputa por espaços de reconhecimento na chamada religião civil. Para que essa estratégia se consolidasse, tornou-se igualmente necessário fomentar um sentimento de confiança na possibilidade de intervenção no campo político, bem como enfrentar resistências de lideranças e membros pertencentes a gerações anteriores da instituição, que não viam com bons olhos a articulação entre fé e política.

[5] Ascetismo: O termo usado neste trabalho é o mesmo empregado por Ricardo Mariano (2005), onde o conceito é apresentado como negação dos prazeres da carne e das coisas deste mundo.

[6] Dessectarização: termo usado por Mariano (2005), para explicar o rompimento das Igrejas pentecostais pautadas no ascetismo e sectarismo, cedendo lugar à acomodação ao mundo, acompanhando o processo de institucionalização, ou a rotinização do carisma, do pentecostalismo.

Nesse contexto, a atuação da chamada bancada evangélica na Assembleia Nacional Constituinte assumiu papel particularmente relevante, não apenas pela presença numérica de seus membros, mas pela visibilidade e capacidade de mobilização que lograram produzir no processo legislativo. Ao recuperar trechos de discursos parlamentares e debates ocorridos durante a Constituinte, Rocha (2024) evidencia que esses parlamentares atuaram de maneira coordenada em temas considerados sensíveis para o segmento religioso. Um caso emblemático foi a mobilização em torno da exclusão da expressão "orientação sexual" das garantias constitucionais de não discriminação, resultado de uma articulação entre parlamentares evangélicos e outros setores conservadores do Congresso. Como sintetiza o autor, "embora os 32 evangélicos fossem minoria em relação aos 559 constituintes, o grupo fazia barulho no Congresso como se fosse majoritário" (Rocha, 2024, p. 102). Tal observação ilustra como a presença evangélica, mesmo minoritária, conseguiu projetar influência política e consolidar um padrão de atuação marcado pela forte capacidade de pressão e visibilidade pública, dinâmica que se tornaria recorrente na presença evangélica no Parlamento brasileiro nas décadas seguintes.

Algumas interpretações mais recentes (Boff, 2024; Cunha, 2020; Guadalupe, 2020) apontam para a emergência de uma nova postura em relação à disputa e à ocupação dos evangélicos ao campo político, sustentada por uma chave hermenêutica que propõe a mobilização para além do âmbito estritamente religioso. Tal perspectiva tensiona a interpretação de Freston, segundo a qual possivelmente não existiria algo mais sistemático que pudesse incentivar ou justificar a participação e a ocupação dos evangélicos na arena pública. Nesse contexto, destaca-se a chamada teologia do domínio ou reconstrucionismo, uma tendência presente no movimento evangélico, oriunda das experiências do evangelicalismo norte-americano a partir da década de 1970 e posteriormente difundida no Brasil. Tal perspectiva busca incentivar lideranças e fiéis a conquistar, ocupar e exercer influência sobre diversos espaços públicos de atuação, incluindo universidades e instâncias do campo político. Trata-se, portanto, de uma formulação compreendida por alguns autores como uma espécie de "teologia política", que almeja reconfigurar a ordem social contemporânea a partir de princípios religiosos, aproximando-se de um projeto de caráter teocrático (Guadalupe, 2020, p. 54).

3. Estratégias de inserção política e consolidação da bancada evangélica

O final do século XX no Brasil marcou uma nova configuração na relação entre Igreja, Estado e política, tendo como marcos principais as eleições gerais de 1986 e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Esses eventos simbolizaram não apenas a redemocratização do país, mas também o vigoroso ativismo pentecostal na política partidária nacional. Tratou-se de uma transição do antigo lema "*crente não se mete em política*" para o novo mote "*irmão vota em irmão*". Ainda que, para alguns analistas, os evangélicos fossem considerados alienados pela suposta falta de consciência política e pela rejeição exacerbada ao comunismo, entre outras cosmovisões vistas como contrárias à perspectiva conservadora de "princípios cristãos", seu engajamento cresceu notavelmente. No que diz respeito ao tema proposto, exploraremos aqui alguns trabalhos pioneiros que abordaram a interpenetração evangélica na política brasileira no período pós-1986 (Freston, 1993; Pierucci, 1996; Mariano; Pierucci, 1996; Machado; Burity, 2014; Baptista, 2007; Rocha, 2024). Tomados em conjunto, esses estudos oferecem um quadro interpretativo pertinente para compreender a passagem de uma cultura religiosa marcada pelo distanciamento da política para um modelo de

participação institucionalizada, no qual igrejas e lideranças religiosas passam a disputar recursos simbólicos e posições de poder no interior do domínio político.

Talvez um dos aspectos mais salientes dessa recomposição de estratégias de presença evangélica derive da emergência de novos perfis sociais e das inéditas trajetórias político-partidárias assumidas pelos pentecostais a partir da década de 1980. Trata-se de uma inflexão histórica, na qual práticas até então incomuns no campo religioso passam a ser incorporadas como estratégias legítimas de atuação na esfera pública. Em um primeiro momento, observou-se uma aproximação e filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que, à época, funcionava como uma sigla agregadora para diferentes correntes políticas. Essa vinculação representou uma porta de entrada para o engajamento político institucionalizado a partir das eleições de 1986. Já em 1988, verifica-se um processo de reconfiguração mais sofisticado, líderes evangélicos passaram a se organizar de forma estruturada, aproximando-se de legendas com plataformas mais afinadas à cosmovisão religiosa pentecostal ou, em alguns casos, incentivando a criação de novos partidos com base nessa orientação ideológica (Freston, 1993, p. 180).

Esse processo foi acompanhado por uma mobilização inédita das próprias instituições religiosas. Como observa Rocha (2024), já nos meses que antecederam as eleições para a Assembleia Constituinte, lideranças evangélicas passaram a convocar explicitamente os fiéis para votar em candidatos identificados com a fé cristã. Em publicações denominacionais, defendia-se a necessidade de formar uma "expressiva bancada evangélica", evitando que a dispersão do voto impedisse a presença de representantes comprometidos com os interesses religiosos no Congresso Nacional (Rocha, 2024, p. 74).

Entre os anos de 1987 e 1991, com o processo de fragmentação e "erosão" do PMDB, consolidou-se uma tendência de deslocamento dos parlamentares evangélicos para partidos situados à direita do espectro político, como o PFL, PTB, PDC e PDS. Essa migração revela não apenas uma estratégia de sobrevivência e consolidação política, mas também a conformação de uma identidade ideológica mais definida. Nas eleições de 1990, essa tendência se torna ainda mais evidente: a nova classe política evangélica demonstrou clara inclinação à direita, com forte rejeição a partidos de esquerda e centro-esquerda, consolidando seu posicionamento conservador e sua atuação articulada em defesa de pautas morais e religiosas no espaço público. Tal orientação também refletia um processo histórico de aversão à esquerda consolidado durante a ditadura militar, frequentemente associada, no imaginário religioso, ao ateísmo ou a correntes católicas progressistas ligadas às Comunidades Eclesiais de Base (Rocha, 2024).

No que diz respeito a esse novo segmento de representação religiosa no campo político brasileiro, os mesmos tinham um perfil social mais humilde, caracterizadas pela média educacional e pela cor. Eram pessoas que pelo tipo físico e também pelo discurso, representavam a clientela de suas igrejas, identificados com o estilo cultural do protestantismo popular. É válido ressaltar que o pentecostalismo é o único ramo do cristianismo com forte participação de negros em sua fundação. Trata-se de um aspecto importante para a percepção da formação cultural desta comunidade religiosa. Eram pobres em ascensão social, projetando-se pelo seu capital religioso ou econômico (Freston, 1993, p. 180). O perfil social, profissional e econômico desta classe política pentecostal pós 1987 era precária e muitos não possuíam formação superior, seja secular ou teológica.

No início da década de 1980, grande parte dos integrantes desse segmento possuía origem rural ou era formada pela primeira geração urbana de filhos de migrantes. A baixa escolaridade e a limitada participação em instâncias políticas e sociais eram características frequentemente apontadas pela literatura, assim como a presença de uma teologia que desencorajava o envolvimento com temas ligados a poder, classe social, pobreza, racismo ou desigualdade de gênero (Machado; Burity, 2014, p. 621).

Nas décadas mais recentes, observa-se uma transformação gradual nesse cenário. Algumas instituições passaram a atribuir maior relevância à formação intelectual e à qualificação técnica de seus representantes para a atuação nos espaços políticos e institucionais. Paralelamente, nota-se o surgimento de orientações mais sistemáticas que incentivam líderes, membros e pastores, muitos deles já detentores de títulos acadêmicos, a se prepararem para esse tipo de discussão. Ademais, ainda que constituam um segmento minoritário, já é possível identificar, no interior do campo evangélico, a presença de atores dotados de maior capital econômico e de expressiva formação intelectual, elementos que contribuem para ampliar suas possibilidades de atuação e influência na esfera pública.

A classe política pentecostal era representada por indivíduos que já exerciam uma trajetória de trabalho frente às instituições. Eram agentes do campo religioso, que se destacavam por desenvolverem certo carisma, entre eles: evangelistas itinerantes, cantores, apresentadores, comunicadores de rádio, pastores, filhos de pastores e empresários. Estes, faziam acordos com a elite eclesiástica em troca de conveniências posteriores. Nota-se a participação do leigo, que detinha determinado talento, ponto de convergência entre esses dois agentes do campo, vocacionando para a concorrência e atuação no campo político.

Segundo Freston (1993), três igrejas pentecostais são centrais para a compreensão do fenômeno político evangélico no Brasil após a abertura democrática, a Assembleia de Deus (representante da primeira onda do pentecostalismo), a Igreja Evangélica Quadrangular - IEQ (representante da segunda onda) e a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD (representante da terceira onda). O autor justifica a escolha dessas denominações por considerá-las paradigmas das diferentes fases de expansão pentecostal, permitindo analisar de forma mais precisa as estratégias e formas de inserção política desses grupos ao longo do tempo. Todas elas foram objeto de estudo na Parte 2 de sua tese. O desempenho eleitoral evidencia o modus operandi desses novos agentes: a Assembleia de Deus conquistou 26 mandatos federais a partir de 1987, enquanto a IURD obteve 4 e a IEQ, 3 (Freston, 1993, p. 193). Nesse processo, a Assembleia de Deus, pioneira entre os evangélicos, compreendeu a necessidade de lançar candidatos próprios e se organizar institucionalmente, articulando suas ações entre os principais líderes ainda em 1985. Posteriormente, a IEQ adotou estratégia semelhante, e a IURD seguiu o mesmo caminho, embora sua participação somente tenha se tornado visível a partir da Constituinte.

Essa mobilização institucional produziu efeitos imediatos no processo eleitoral. Conforme destaca Rocha (2024), com o apoio explícito de igrejas e lideranças religiosas, os evangélicos conseguiram quase triplicar sua presença no Congresso ao eleger 32 parlamentares para a Assembleia Nacional Constituinte. Assim, pela primeira vez, o pentecostalismo tornou-se maioria entre os congressistas protestantes, reflexo direto do engajamento da Assembleia de Deus em nível nacional e do crescimento demográfico desse segmento religioso na sociedade brasileira. Além disso, ainda na perspectiva do autor, entre os pastores eleitos naquele momento, a maioria já pertencia ao campo pentecostal, indicando a capacidade dessas igrejas de mobilizar eleitoralmente seus fiéis. Dessa forma, conclui Rocha

(2024), embora os evangélicos não fossem necessariamente obrigados a seguir as orientações de seus líderes nas eleições, os pentecostais tendiam a ser mais sensíveis a essas indicações, em razão da frequência mais intensa aos cultos e do fato de que muitas vezes suas fontes de informação política circulavam predominantemente no interior do próprio ambiente religioso.

Por fim, Freston (1993) chega a importantes percepções sobre o ligeiro crescimento dos evangélicos na política brasileira, sobretudo, em relação ao grau de pluralidade dos evangélicos nos espaços públicos de discussões, não sendo fácil a construção de um grupo coeso. O pentecostalismo brasileiro acaba não tendo uma visão universal da política, nem projeto de sociedade, sendo caracterizado por projetos de cunho corporativista. A citação abaixo esclarece melhor essa relação entre a democracia e esse segmento pentecostal considerado por ele diverso:

> O protestantismo brasileiro, por mais que cresça, não formará uma neocristandade evangélica. O campo evangélico é segmentado por essência; todos os esforços de unificá-los serão contestados. O fato de que a religião que mais cresce no Brasil e que tem mais ambição política é institucionalmente dividida e opera num formato pluralista é bom para a democracia, quaisquer que sejam as pretensões de alguns líderes (Freston, 1993, p. 287).

Desta maneira, por mais que haja uma evolução no campo religioso brasileiro, o protestantismo não conseguiria ser hegemônico, dada sua fragmentação característica, onde os evangélicos, considerados neste trabalho como protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais, mantém os interesses institucionais como determinantes. É perceptível que os evangélicos são os que mais crescem no Brasil, ampliando sua influência e elevando seu capital político. Em contrapartida, seguem divididos, acirrando as disputas no jogo democrático.

Outro trabalho fundamental para compreender ao processo de consolidação da bancada evangélica é o de Antônio Flávio Pierucci, intitulado *Representante de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte*. A pesquisa tem como base metodológica a análise de periódicos da grande imprensa nacional, *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Veja*, com o objetivo de examinar a atuação de parlamentares evangélicos conservadores durante o processo constituinte. A proposta de Pierucci insere-se em uma perspectiva investigativa mais ampla, voltada para a compreensão da reorganização das forças políticas de direita no Brasil após o fim do regime autoritário. O autor propõe construir um "mosaico da direita brasileira", a partir da análise empírica da atuação de atores religiosos recém-chegados ao espaço político institucional, em especial os deputados evangélicos eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Ainda que tradicionalmente afastados do campo político, os evangélicos conservadores, especialmente os vinculados ao segmento protestante, passam, nesse contexto, a ser percebidos como agentes relevantes no processo de redemocratização. Pierucci (1989) identifica, nesse grupo, a adoção de estratégias eleitorais específicas e uma crescente articulação institucional, configurando um novo campo de análise sobre a presença do protestantismo conservador na política brasileira contemporânea.

Até o ano de 1986, a presença dos evangélicos na política institucional brasileira era praticamente irrelevante em termos de representação e influência. No entanto, em um curto intervalo de tempo, mais de trinta parlamentares evangélicos passaram a integrar o Congresso Nacional, consolidando uma nova configuração no campo político-religioso. Tal avanço foi

interpretado por Antônio Flávio Pierucci como o início de um "apostolado parlamentar", cuja principal motivação seria fazer com que a nova Constituição brasileira tivesse como fundamento normativo a "Carta Magna de Deus aos homens", isto é, a Bíblia (Pierucci, 1996, p. 164).

Ao analisar a atuação deste segmento no processo constituinte, Pierucci identifica uma dinâmica contraditória: embora oriundos de uma tradição religiosa marcadamente conservadora e fundamentalista, os parlamentares evangélicos apresentavam forte apelo junto às camadas populares. Para o autor, essa ambivalência revela traços constitutivos de uma "nova direita" brasileira, que combina valores morais tradicionais com estratégias de mobilização popular. A partir da análise dos discursos, práticas e agendas políticas defendidas por esses parlamentares, fortemente marcadas pelo moralismo religioso, observa-se que a proposta política evangélica refletia os anseios de setores populares em busca de representação. Como destaca Pierucci (1996, p. 166), não havia, entre esses agentes, uma separação clara entre as esferas pública e privada, ao contrário, predominava uma perspectiva na qual a moralidade individual deveria orientar as decisões e condutas no espaço público.

A bancada evangélica eleita para a Assembleia Nacional Constituinte configurou-se como a quarta maior força parlamentar do Congresso Nacional, posicionando-se numericamente atrás apenas das bancadas do PMDB, PFL e PDS. Tal composição representou uma inflexão significativa na trajetória histórica das instituições evangélicas no Brasil, indicando uma transição de sua tradicional postura de afastamento da política para uma atuação organizada e estratégica no espaço legislativo. Esse novo cenário evidenciou o surgimento de um projeto político-religioso em construção, no qual a inserção no campo político passou a ser compreendida como uma das principais missões institucionais. A presença consolidada desses atores no parlamento marcou, portanto, não apenas uma mudança quantitativa na representação evangélica, mas também uma reconfiguração qualitativa de suas formas de engajamento com a esfera pública e com os mecanismos do Estado democrático.

Figura 1: Igrejas às quais pertencem os constituintes evangélicos/Eleição de 1986

Assembléia de Deus	1	Antônio de Jesus	PMDB/GO
	2	Benedita da Silva	PT/RJ
	3	Costa Ferreira	PFL/MA
	4	Eliel Rodrigues	PMDB/PA
	5	Gidel Dantas *	PMDB/CE
	6	João de Deus	PDT/RS
	7	José Fernandes	PDT/AM
	8	José Viana	PMDB/RO
	9	Manoel Moreira	PMDB/SP
	10	Matheus Iensen	PMDB/PR
	11	Milton Barbosa	PMDB/BA
	12	Orlando Pacheco	PFL/SC
	13	Salatiel Carvalho	PFL/PE
	14	Sotero Cunha	PDC/RJ
Batistas	1	Arolde de Oliveira	PFL/RJ
	2	Edésio Frias	PDT/RJ
	3	Enoc Vieira	PFL/MA
	4	Eraldo Tinoco	PFL/BA
	5	Fausto Rocha	PFL/SP
	6	Nelson Aguiar	PMDB/ES
	7	Paulo Delgado	PT/MG
	8	Roberto Vital	PMDB/MG
Presbiterianos	1	Celso Dourado	PMDB/BA
	2	Levy Dias	PFL/MS
	3	Lézio Sathler	PMDB/ES
	4	Rubem Branquinho	PMDB/AC
Evangelho Quadrangular	1	Jayme Paliarin	PTB/SP
	2	Mário de Oliveira	PMDB/MG
Igreja Cristã Evangélica	1	Naphtali Alves	PMDB/GO
Igreja Universal do Reino de Deus	1	Roberto Augusto	PTB/RJ
Adventista	1	Eunice Michiles	PFL/AM
Igreja Cristã Confissão Reformada	1	Lysâneas Maciel	PDT/RJ
Congregacional	1	Daso Coimbra	PMDB/RJ

Fonte: Pierucci (1996, p. 169).

O quadro acima apresenta a composição partidária e institucional dos deputados evangélicos eleitos em 1986. Dos 33 nomes identificados, 18 pertencem a denominações de

matriz pentecostal, o que representa mais de 50% do total. A Assembleia de Deus destaca-se como a principal força, com 14 parlamentares eleitos; a Igreja Evangélica Quadrangular contabiliza 2 representantes; e a Igreja Universal do Reino de Deus, 1. A atuação da Assembleia de Deus, no entanto, não se limitou ao nível federal: a denominação também garantiu representação significativa em câmaras estaduais e municipais.

Pierucci (1996) dá continuidade à sua análise buscando compreender não apenas a atuação da ala conservadora do segmento evangélico, mas também as estratégias e posicionamentos dos parlamentares com maior inserção popular e daqueles vinculados à chamada "esquerda evangélica", ainda que em número reduzido. Reconhecer a existência dessa vertente progressista é fundamental para compreender que nem todos os parlamentares evangélicos compartilham de uma orientação política conservadora. Entre os 33 deputados evangélicos eleitos em 1986, 25 apresentavam orientação política de direita, 1 estava alinhado ao centro-direita e 7 possuíam vinculação com pautas e posicionamentos de esquerda (Pierucci, 1996, p. 171). Portanto, referir-se à bancada evangélica como um bloco ideologicamente homogêneo constitui uma simplificação analítica inadequada, pois desconsidera o pluralismo político e ideológico existente no interior do próprio campo evangélico.

No âmbito do trabalho parlamentar, os primeiros conflitos ideológicos emergiram, impactando diretamente as comissões e representações no Congresso Nacional. Os deputados evangélicos ingressaram nos trabalhos da Assembleia Constituinte assumindo posições estratégicas nas comissões, onde passaram a implementar suas concepções morais como parâmetros normativos. Comissões como a de "Soberania e Garantia dos Direitos do Homem e da Mulher" e a "Comissão da Família e da Cultura", por exemplo, foram ocupadas e substancialmente influenciadas por parlamentares evangélicos. Pierucci (1996) ressalta a declaração de um dos líderes do grupo evangélico que se autodefinia como "representante de Deus" e porta-voz da "maioria do povo".

O pastor assembleiano Salatiel de Carvalho (PLF/PE), integrante da Comissão de Soberania e Garantia dos Direitos do Homem e da Mulher, manifestava-se em defesa de sua fé e dos padrões morais da sua instituição, afirmando que "os evangélicos não querem que os homossexuais tenham igualdade de direito, porque a maioria da sociedade não quer" (Pierucci, 1996, p. 175). Ao fazer um balanço acerca dessa comissão, bem como da percepção da bancada evangélica à frente da pasta, observa-se que a atuação esteve predominantemente centrada na temática da homossexualidade, negligenciando a discussão sobre a igualdade de direitos. No que se refere à Comissão da Família, Educação e Cultura, esta compartilhou a mesma orientação das demais comissões, pautando-se em ideias conservadoras relativas à moral familiar e aos bons costumes, posicionando-se contrariamente ao aborto, à dissolução da família tradicional, ao feminismo, entre outros temas. Tal discurso conservador permanece vigente entre os políticos evangélicos contemporâneos.

A intenção, naquele momento, era ampliar a influência do segmento evangélico em todas as esferas da política, seguindo a chamada "Maioria Moral", permeada por uma mentalidade pautada na moralidade privada e em valores religiosos convencionais. A mídia passou a registrar e cobrir a atuação desse grupo, cunhando expressões como "bloco evangélico", que indicavam certo grau de coesão e efeito de "bancada", especialmente no âmbito das comissões parlamentares. As estratégias e os pronunciamentos dos chamados "representantes de Deus em Brasília" faziam uso recorrente de símbolos religiosos e jargões próprios das igrejas, como a expressão "Palavra de Deus", enfatizando temas centrais à

agenda moralista, tais como família, sexualidade, aborto, papel da mulher, drogas, eutanásia e gênero (Pierucci, 1996, p. 185).

Essas observações são convergentes com as análises de Mariano e Pierucci (1996), na obra *O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor*, em que os autores retomam ao tema da participação dos pentecostais na esfera político-partidária brasileira no período pós-ditadura militar. O foco da pesquisa recai sobre a eleição presidencial de 1989. Baseando-se em entrevistas gravadas com pastores, fiéis e políticos pentecostais, além de uma intensa observação participante em cultos, programas de rádio e televisão, o trabalho busca evidenciar a força eleitoral desse grupo e compreender as dinâmicas de seu envolvimento na eleição de Collor (Mariano; Pierucci, 1996, p. 195).

Os autores apresentam as principais ideias e estratégias dos políticos pentecostais e das lideranças eclesiásticas naquele momento histórico no Brasil. Um dos objetivos centrais era a articulação e declaração de apoio a um candidato à presidência da República que, na concepção de parte dos pentecostais, deveria ser evangélico. O nome de Íris Rezende, pastor da Igreja Cristã Evangélica, foi cogitado para concorrer nas eleições pelo PMDB, disputando internamente com Ulisses Guimarães, tendo este último sido escolhido. Apesar do resultado da convenção partidária, o engajamento político dos evangélicos em defesa de seus interesses religiosos não foi interrompido. Ao perceberem a possibilidade da vitória do candidato da esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, os pentecostais organizaram-se para desqualificar o adversário, propagando informações enviesadas entre os membros das igrejas, com o intuito de "satanizar" o concorrente (Mariano; Pierucci, 1996, p. 199).

Uma das estratégias discursivas utilizadas contra o candidato da esquerda nas eleições de 1989 consistiu em fomentar o medo entre os pentecostais. Os líderes das principais denominações pentecostais, Assembleia de Deus, Igreja Evangélica Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus, propagavam em cultos e reuniões a ideia de uma iminente cruzada de discriminação contra os evangélicos. Instalou-se um clima de apreensão, com afirmações de que empresas poderiam falir, igrejas seriam convertidas em lotéricas, creches ou supermercados, e que a liberdade de culto seria cerceada. O ponto culminante do discurso era a alegação de que o "comunismo" seria instaurado no Brasil, o que implicaria a perda de bens e a submissão das pessoas ao controle estatal. Esses elementos constituíram os principais fatores mobilizadores do voto pentecostal em favor de Collor (Mariano; Pierucci, 1996, p. 202).

O trabalho também realça a discussão acerca da esquerda evangélica, ainda que esta seja minoritária, com pouca amplitude e sem sucesso eleitoral comparativamente ao movimento da nova direita no Brasil. Os autores ressaltam as articulações de grupos individuais de orientação política progressista, que obtiveram certa visibilidade durante a campanha presidencial de 1989, evidenciando uma esquerda evangélica ativa. Esses grupos estavam organizados em movimentos como Pró-Lula, Movimentos Evangélicos Pró-Lula, Movimento Democrático Lula Presidente e Movimento Evangélico com Lula, distribuídos em diversos estados brasileiros. Cabe destacar que, entre os seis deputados que integravam a bancada evangélica à época, todos manifestaram apoio ao candidato Lula. As eleições presidenciais de 1989 foram marcadas por intensos debates e mobilizações. Trinta e três anos após esse episódio, o contexto político brasileiro contemporâneo retoma discursos semelhantes entre pastores e membros pentecostais, reaparecendo as mesmas alegações utilizadas em 1989 para as eleições de 2022, como a ameaça do comunismo e o receio de que as igrejas venham a ser fechadas.

Encaminhando-se para a conclusão do artigo, o último trabalho analisado nesta seção é o de Saulo Baptista (2007), intitulado *Cultura Política Brasileira, Práticas Pentecostais e Neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999–2006)*. A obra, estruturada em cinco capítulos, apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou investigar a inserção de grupos pentecostais e neopentecostais no cenário político brasileiro, bem como as estratégias por eles mobilizadas nesse processo, tendo como foco analítico o poder legislativo (Baptista, 2007, p. 5).

Na pesquisa, uma denominação já chama atenção por sua capacidade de mobilização e pelo número de deputados eleitos: a Assembleia de Deus. Entre os deputados federais eleitos para a esfera legislativa, a instituição conseguiu eleger 13 representantes para a Assembleia Constituinte, manteve essa média nas legislaturas subsequentes e apresentou, nas mais recentes, um crescimento considerável. Na obra, Saulo Baptista desenvolve sua análise a partir da questão da cultura política no Brasil, com foco no momento de inserção desses agentes como segmento pentecostal. Além disso, ele destaca os diferentes tipos de "estratégias corporativas" empregadas pelo movimento pentecostal, as quais foram determinantes para esse crescimento expressivo (Baptista, 2007, p. 271).

Dentre as diversas estratégias utilizadas, o autor destaca a mobilização de recursos; as estratégias partidárias, caracterizadas pelo interesse apenas em partidos com reais chances eleitorais, tornando-se, assim, comum o trânsito entre siglas quando isso não ocorre; o uso dos meios de comunicação de massa (televisão, rádio, internet), e a preferência por candidatos oficiais. Esses elementos serviram como suporte fundamental para a conquista de cadeiras legislativas por esses grupos.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos examinar a inserção política pentecostal no Brasil a partir da problematização de um enunciado frequentemente associado à cultura religiosa evangélica no país: "crente não se mete em política". Mais do que uma simples máxima moral ou orientação disciplinar, a análise da literatura e dos processos históricos discutidos permite compreender esse enunciado como parte de um regime discursivo específico que, durante grande parte do século XX, contribuiu para delimitar as fronteiras entre a experiência religiosa e a participação no campo político. Nesse sentido, a fórmula sintetizava uma determinada compreensão da vida cristã fortemente orientada por expectativas escatológicas, pela valorização da separação entre "o mundo" e a comunidade de fiéis e por uma leitura da política como espaço potencialmente corruptor da vida espiritual.

Cabe observar, contudo, que a própria ideia de um absenteísmo evangélico generalizado tem sido relativizada por parte da literatura. Como visto, diferentes segmentos protestantes já mantinham formas de interação com a política brasileira ao longo do século XX, ainda que de maneira menos institucionalizada ou visível do que aquela observada nas décadas posteriores (Almeida, 2016). Nessa perspectiva, o que se observa a partir do processo de redemocratização não seria propriamente o surgimento da participação política evangélica, mas antes uma reconfiguração de suas modalidades de atuação e de sua visibilidade no espaço público.

A partir da segunda metade dos anos 1980, particularmente no contexto das eleições de 1986 e da Assembleia Nacional Constituinte, observa-se um processo gradual de

reinterpretação desse ethos religioso. O antigo imperativo de distanciamento da política passa a ceder lugar a estratégias que legitimam a presença evangélica nas arenas institucionais. Em diálogo com a interpretação proposta por André Ítalo Rocha (2024), esse movimento pode ser compreendido como parte de um processo mais amplo de "conversão" do campo evangélico ao ativismo político, no qual a participação eleitoral e parlamentar passa a ser concebida não mais como ameaça à vida religiosa, mas como instrumento legítimo de defesa de interesses institucionais, valores morais e espaços de influência no espaço público. A conhecida expressão "irmão vota em irmão", amplamente mobilizada naquele momento, constitui talvez a tradução mais visível dessa inflexão discursiva, sinalizando a passagem de uma ética de afastamento para uma ética de mobilização política organizada.

Esse deslocamento também pode ser relacionado a transformações sociais mais amplas associadas à consolidação de uma sociedade de consumidores, caracterizada pela ampliação das lógicas de escolha individual, pela intensificação da competição institucional e pela diversificação das ofertas simbólicas no campo religioso. Nesse contexto, a expansão das igrejas evangélicas ocorre em estreita articulação com dinâmicas de pluralização religiosa nas quais diferentes denominações passam a disputar fiéis, visibilidade pública e legitimidade social. Tal dinâmica aproxima-se daquilo que Pierre Bourdieu descreveu como a estrutura concorrencial que atravessa os diversos campos, nos quais diferentes agentes e instituições disputam a autoridade legítima para produzir e administrar bens simbólicos (Bourdieu, 1989). A inserção política de lideranças evangélicas pode ser interpretada, nesse sentido, como parte da ampliação das estratégias de presença institucional e de afirmação pública em um ambiente social marcado por lógicas concorrenciais.

A análise realizada sugere, portanto, que a politização pentecostal não pode ser compreendida apenas como resultado de transformações internas da teologia religiosa, nem tampouco como simples cálculo estratégico de lideranças eclesiásticas. Antes, ela parece decorrer da interação entre diferentes dinâmicas sociais: a expansão demográfica das igrejas evangélicas, as oportunidades abertas pelo processo de redemocratização, a crescente profissionalização das lideranças religiosas e a própria reconfiguração do campo político brasileiro. Em uma perspectiva relacional, a inserção política evangélica pode ser interpretada como resultado das disputas que atravessam simultaneamente o campo religioso e o campo político, nas quais recursos simbólicos, organizacionais e institucionais acumulados no interior do campo religioso, como autoridade pastoral, redes comunitárias e visibilidade pública, passam a ser convertidos em formas de capital político capazes de sustentar projetos de representação eleitoral e intervenção no espaço público.

Esse movimento ajuda a compreender por que a presença evangélica no Parlamento brasileiro, inicialmente percebida como episódica ou conjuntural, acabou se consolidando como um padrão relativamente estável de atuação política. A formação e expansão da chamada bancada evangélica nas décadas seguintes evidenciam que a participação desses atores deixou de constituir apenas um fenômeno associado à redemocratização para se tornar um componente relevante do sistema político contemporâneo. Assim, como procuramos demonstrar, essa presença envolve não apenas estratégias eleitorais e institucionais, mas também a construção de repertórios discursivos que articulam moralidade religiosa, identidade coletiva e representação política.

Esse cenário deve ser compreendido também à luz das transformações recentes nas formas de mediação do religioso. Pesquisas recentes indicam que as práticas religiosas contemporâneas são cada vez mais atravessadas por dinâmicas de circulação midiática que

reconfiguram os modos de visibilidade pública das tradições religiosas e suas formas de engajamento social. Nesse contexto, religião, mídia e política passam a operar como esferas interligadas por processos de circulação de discursos, imagens e performances que moldam tanto práticas devocionais quanto intervenções no espaço público (Machado; Mochel, 2024).

Do ponto de vista analítico, esse quadro também permite distinguir duas dimensões frequentemente entrelaçadas no debate público: de um lado, a dimensão propriamente teológica das crenças e interpretações religiosas que orientam as práticas dos fiéis; de outro, a mobilização política dessas referências no interior das disputas por poder, reconhecimento e influência institucional. As relações entre essas dimensões não são lineares nem uniformes, variando conforme denominações, lideranças e contextos históricos específicos.

Assim, permanece pertinente a observação de que, ao menos no momento inicial da inserção evangélica na política institucional, não havia evidências claras da formulação de uma teologia sistemática voltada especificamente para a atuação política. Contudo, os desdobramentos observados nas últimas décadas convidam a revisitar essa hipótese. Entre os debates recentes que procuram interpretar a intensificação do engajamento político de determinados segmentos evangélicos, destaca-se, por exemplo, a discussão em torno da chamada teologia do domínio, entendida não como uma doutrina única e sistematicamente consolidada, mas como um conjunto heterogêneo de interpretações que convergem na ideia de que os cristãos deveriam exercer influência normativa sobre diferentes esferas da sociedade (Rocha, 2020). Ainda que sua difusão no contexto brasileiro permaneça objeto de controvérsia empírica, a circulação desse repertório interpretativo tem sido apontada como um elemento relevante para compreender certas modalidades contemporâneas de ativismo político religioso, convidando ao aprofundamento de pesquisas sobre o tema em pauta.

À luz dessas discussões, a principal contribuição deste artigo consistiu em reunir e sistematizar parte da literatura dedicada à análise da inserção política pentecostal no Brasil, destacando como diferentes interpretações têm procurado explicar a passagem de um ethos religioso marcado pelo distanciamento da política para modalidades mais organizadas de engajamento institucional. Ao enfatizar as inflexões discursivas, as disputas internas ao campo evangélico e as oportunidades abertas pelo processo de redemocratização, o artigo buscou evidenciar que a presença evangélica no espaço político resulta de um processo histórico complexo, no qual estratégias religiosas, transformações institucionais e dinâmicas do campo político se entrelaçam.

Desse ângulo, aliás, a própria transformação do antigo enunciado "crente não se mete em política" em diferentes formas de legitimação da presença evangélica nas arenas institucionais sugere que as fronteiras entre religião e política permanecem em permanente renegociação no espaço público brasileiro. Longe de constituir um movimento homogêneo ou linear, essa trajetória revela um campo religioso plural, no qual diferentes atores disputam a definição legítima das formas de autoridade, representação e intervenção pública, dinâmica que evidencia o caráter relacional e historicamente contingente das interações entre religião e política e que continua a abrir novas possibilidades de investigação empírica no contexto brasileiro contemporâneo.

Referências

ALMEIDA, Adroaldo José da Silva. Pelo Senhor Marchamos: **os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2016. 310f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói, 2016.

ALMEIDA, Ronaldo de. Evangélicos à direita. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 58, p. 419-436. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000300013. Acesso em 28 jan. 2026.

ALMEIDA Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017: e175001. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718. Acesso em 28 jan. 2026.

BAPTISTA, Saulo. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais:** a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no congresso nacional (1999-2006). 2007. 562f. Tese (Doutorado). Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, 2007.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira:** um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo: Annablume; São Bernardo dos Campos: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BOFF, Leonardo. **A teologia do domínio:** refutação de uma falácia**.** Instituto Humanitas Unisinos (IHU), 12 mar. 2024. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/637315-a-teologia-do-dominio-refutacao-de-uma-falacia-artigo-de-leonardo-boff-2. Acesso em: 09 mar. 2026.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício de sociólogo**: pressupostos epistemológicos. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado:** Cursos no Collège de France (1989-92). Tradução Rosa Freire d'Aguiar. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURITY, Joanildo. Minoritização, religião pública e populismo religioso no Brasil. **REVER: Revista De Estudos Da Religião**. São Paulo, vol. 24, n. 1, 2024, p. 11-27. https://doi.org/10.23925/1677-1222.2024vol24i1a2. Acesso em: 02 fev. 2026.

CARRANÇA, Thais. **Avanço evangélico perde força e outros 7 dados inéditos sobre religião no Censo 2022.** BBC News Brasil, 27 jun. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/crk2p5xr0m7o. Acesso em: 01 jul. 2025.

COSTA, Moab César Carvalho**.** As estratégias de inserção das Igrejas Assembleias de Deus no Campo Político e a Ressignificação dos valores do Pentecostalismo Clássico (1985 –

1986). In. LIMA, Adriano; COSTA, Moab César Carvalho; GANDRA, Valdinei Ramos (orgs.). **O Espírito e as Igrejas**. Recriar: São Paulo, 2018, p. 187-203.

CUNHA, Christina Vital da. Retórica da perda e os aliados dos evangélicos na política brasileira. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (orgs.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2020, p. 237-256.

DIAP. **Eleições 2018:** bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado. Brasília, 18 out. 2018. Disponível em https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/88900-eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado. Acesso em: 12 abr. 2021.

FRESTON, Paul. **Protestante e política no Brasil:** da Constituinte ao impeachment. 307f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1993. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/69813. Acesso em: 02 fev. 2026.

GUADALUPE, José Luis Pérez. **Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana.** In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (orgs.). Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p. 17-110.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. **A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 3, 2014, p. 601-631. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/218/21832526002.pdf. Acesso em: 02 fev. 2026.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MOCHEL, Lorena. Mídias digitais e as fronteiras do religioso. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, 2024, p. 1-14. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-04382024e4403EdPT. Acesso em 02 fev. 2026.

MARIANO, Ricardo. **Neo Pentecostais:** sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2005.

OLIVEIRA JUNIOR, Bezaliel Alves. **Evangélicos e política: itinerários e lógicas do engajamento político de líderes pentecostais da Igreja Assembleia de Deus**. São Paulo: Editora Pluralidades, 2022.

OLIVEIRA, David Mesquiati. Igrejas pentecostais e sua atuação política recente no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Passo Fundo, v. 13, n. 37, 2020, p. 9-23. Disponível em: https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i37.52701. Acesso em 02 fev. 2026.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representação de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio. PRANDI, Reginaldo (Orgs.). **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 136-191.

ROCHA, André Ítalo. **A bancada da bíblia: uma história de conversões políticas**. São Paulo: Todavia, 2024.

ROCHA, D. "Faça-se na terra um pedaço do céu": perspectivas messiânicas na participação dos pentecostais na política brasileira. **Perspectiva Teológica**. [S.I], v. 52, n. 3, 2020, p. 601-632. Disponível em: https://doi.org/10.20911/21768757v52n3p607/2020. Acesso em 02 fev. 2026.

SIQUEIRA**,** Gutierres Fernandes. **Quem tem medo dos evangélicos? religião e democracia no Brasil de hoje**. São Paulo: Mundo Cristão, 2022.

Recebido em 17/02/2026
Aceito em 25/03/2026